

Aplicação da Lei dos Juizados Especiais Federais pelos Juízes de Direito

Geraldo Magela e Silva Meneses*

Vigendo há pouco mais de um ano¹, a Lei 10.259/2001, que instituiu os Juizados Especiais Federais (JEFs), vem causando dissenso em vários aspectos.

Deveras, emergem muitas controvérsias de interpretação aos seus aplicadores. Questionamento que vem produzindo ampla celeuma jurídica concerne à aplicação da mencionada lei pelos juízes de direito.

Neste ensaio, aborda-se a norma contida no art. 20 do referido diploma legal.

Estatui o art. 20 da Lei 10.259/2001: “Onde não houver Vara Federal, a causa poderá ser proposta no Juizado Especial Federal mais próximo do foro definido no art. 4.º da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, vedada a aplicação desta Lei em juízo estadual.”²

A partir da literalidade dessa disposição legal, vêm compreendendo alguns pretores que os juízes de direito, em hipótese alguma, poderiam aplicar o rito dos JEFs. Nesse rumo, segue o eminente Desembargador Federal Souza Prudente:

A Lei 10.259, de 12/07/2001, que criou o Juizado Especial Federal, para causas cíveis cujo valor não ultrapasse o limite de 60 (sessenta) salários mínimos, resulta da eficácia plena de nossa Constituição Federal em vigor (CF, art. 98, I e respectivo parágrafo único), ficando automaticamente excluída a competência de que trata o § 3º do art. 109

da aludida Carta Magna, para a espécie dos autos, a prevalecer, assim, em face de sua manifesta constitucionalidade, nas hipóteses de feitos ajuizados no Juizado Especial Federal, a vedação prevista na parte final do art. 20 da referida Lei 10.259/2001.³

Entrementes, as razões desse decisório discrepam da adequada interpretação sistêmica, orgânica e lógica da mencionada lei à luz da vigorante Constituição.

Com efeito, dispõe o § 3º do art. 109/CF: “Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do Juízo Federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela Justiça Estadual”.

Pelo que se depreende do antemencionado preceptivo da Carta Magna, não havendo vara da Justiça Federal sediada no foro do domicílio do segurado ou beneficiário, deverão ser ajuizadas perante a Justiça Estadual todas as causas previdenciárias. Além dessas, outras demandas podem vir a ser cometidas, por lei ordinária, à dirimência dos juízes de direito. Em qualquer caso, a competência recursória será do Tribunal Regional Federal situado na sua respectiva área de jurisdição, a teor do § 4º, art. 109/CF.

* Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária de Minas Gerais.

Portanto, nas localidades que não sediarem JEF, as causas previdenciárias, independentemente do seu valor econômico, serão aforadas perante o juízo de direito, que estará investido da jurisdição federal. Tratando-se de demandas enquadráveis no limite do art. 3º da Lei 10.259/2001⁴, os atos decisórios dos juízes de direito (investidos na jurisdição federal) submetem-se a reexame das Turmas Recursais Federais.⁵

Deve ser repudiada toda compreensão do texto legal que venha a contrariar o regramento contido no *Estatuto Jurídico do Fenômeno Político* (como se refere Canotilho⁶ à Constituição).

Observa, com propriedade, Paulo Napolitano Nogueira da Silva: “Em virtude da questão concreta representada pela impossibilidade de a legislação ordinária ser aplicada num único sentido, resulta lógico aplicá-la no sentido que a compatibilize com a Constituição, flexibilizando-a ou restringindo-a para alcançar tal desiderato”.⁷

Não se pode interpretar a Lei dos Juizados Especiais Federais (LJEF) desconsiderando os preceitos insertos na Carta Magna.

Igualmente, não se pode conceber a LJEF divorciada dos fins sociais a que se dirige. A propósito, discorrem Mauro Cappelletti e Bryan Garth, “sem algum tipo especial de procedimento para as pequenas causas, os direitos das pessoas comuns frequentemente permanecerão simbólicos”.⁸

De fato, a Constituição Brasileira admite que lei ordinária venha a ampliar a delegação de competência (prevista no art. 109, § 3º, *in fine*). Mas não permite que se restrinja, em norma infraconstitucional, aquela delegação conferida pelo legislador constituinte.

Pondera, com autoridade acadêmica, Maria Helena Diniz: “Deve haver compatibilidade de um dispositivo legal com a norma constitucional”.⁹ Deve ser aferida, com rigor, a congruência entre as normas legais e a Carta Política vigente. *A fortiori*, deve-se empreender uma interpretação da lei que a compatibilize com o comando normativo da *Lex Legum*.

Será desprovida de validade qualquer interpretação que não atenda à vontade expressa pelo constituinte ao inserir na Lei Fundamental a delegação de competência.¹⁰

Traga-se a contexto o magistério doutrinário de José Cretella Júnior, que professoralmente leciona:

Somente o art. 109, § 3º, é que esclarece de modo integral o que pretendeu dizer o legislador constituinte de 1988, porque as causas em que forem partes, de um lado, instituição de previdência, e, de outro lado, segurado dessa instituição, deveriam ser processadas e julgadas por juízes federais. Ocorre que a maioria das comarcas brasileiras não são sede de varas do Juízo Federal. Desse modo, havendo litígios entre segurado, ou beneficiário, e instituição de previdência social, a causa, por exceção, será processada e julgada na Justiça Estadual. Em que foro? No foro do domicílio do segurado, ou beneficiário. Com que fundamento? Com o fundamento no motivo muito humano de poupar o segurado, economicamente fraco, de providenciar advogado para defendê-lo em foro distante de sua cidade. Essa a razão de ordem prático-econômica que ditara a norma da Constituição de 1969, art. 125, § 3º, que, por sua vez, inspirou a regra jurídica constitucional do art. 109, § 3º. O segurado pode ser autor ou réu, na lide. Nos dois casos, a causa, processada e julgada por juiz estadual, correrá

no foro local, com recurso para o Tribunal Regional Federal.¹¹

Pertinente o comentário de Aluisio Gonçalves de Castro Mendes:

Ao elaborar a Carta de 1988, teve em mente o legislador constituinte a manutenção de regras de competência que facilitassem o acesso à prestação jurisdicional, em termos de direito de ação e de defesa, das pessoas domiciliadas em comarcas que não fossem sede de vara federal, nas causas atribuídas à Justiça Federal. Dessa preocupação resultou uma espécie de delegação para que a Justiça Estadual pudesse processar e julgar, no primeiro grau, as causas entre segurados ou beneficiários e instituição de previdência social e outras definidas por lei, mantendo-se, entretanto, a competência funcional dos Tribunais Regionais Federais.¹²

Com aguçado senso exegético, averbou o eminente Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira que “o texto constitucional, quando trata da delegação de competência da Justiça Federal nas causas previdenciárias (art. 109, § 3º, CF/88), não faz qualquer restrição quanto ao rito processual a ser utilizado, seja ele previsto no CPC ou em leis esparsas.”¹³

Também acorde com a sistemática constitucional, apresenta-se o entendimento do eminente Desembargador Federal Tourinho Neto:

Não faz a Constituição diferenciação entre as causas, quanto ao seu valor, para determinar que até determinado limite seja processada na Justiça Estadual, no foro dos segurados ou beneficiários.

(...) não havendo, na comarca, Vara Federal ou Juízo Especial Federal, a causa de valor até 60 salários mínimos deve ser

processada e julgada no Juizado Especial Estadual, com aplicação da Lei 10.259, de 2001. Essa é a melhor tese, pois não prejudica o beneficiário ou o segurado, nem viola a Constituição.¹⁴

Comporta registrar que, no *X Fórum Permanente de Coordenadores dos Juizados Especiais do Brasil*¹⁵, se sufragou compreensão enunciada nos seguintes termos: “A ação previdenciária fundada na Lei 10.259/01, onde não houver Juízo Federal, poderá ser proposta no Juizado Especial Estadual, nos termos do art. 109, § 3º, da Constituição Federal”.

Assimila-se que a vedação contida na parte final do art. 20 da Lei 10.259/2001 não é absoluta, porém relativa. Veda-se a aplicação, pelos órgãos da Justiça Estadual, àquelas causas que envolvam a União, as empresas públicas federais e os entes autárquicos federais (inclusive as fundações), mas não as causas previdenciárias a que alude o art. 109, § 3º, CF/88. Naturalmente, a lei não proíbe que a Justiça Estadual cumpra o mandamento da Carta Magna, processando e julgando os litígios que envolvam instituição de previdência social e seus segurados ou beneficiários.

A prevalecer entendimento diverso, estar-se-ia contrariando a Constituição Federal (art. 109, § 3º), assim como criando seriíssimos embaraços ao acesso dos jurisdicionados à almejada justiça. Seria uma desmedida incoerência supor que a situação do jurisdicionado foi piorada com o advento da LJEF. Ora, não poderia o legislador ordinário suprimir uma faculdade que o constituinte concedeu ao jurisdicionado.

Do repertório jurisprudencial do STF, colhe-se o seguinte precedente acerca da exegese do art. 109, § 3º, CF/88:

(...) em se tratando de ação previdenciária, o segurado pode ajuizá-la perante o juízo estadual de seu domicílio ou perante as varas federais da capital do Estado-membro, uma vez que o art. 109, § 3º, da Constituição Federal prevê uma faculdade em seu benefício, não podendo esta norma ser aplicada para prejudicá-lo.¹⁶

Judiciosamente, decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça:

Mesmo com a instalação de Varas da Justiça Federal no interior dos Estados, com jurisdição abrangendo vários Municípios, subsistente a competência excepcional do Juízo Estadual do foro do domicílio do segurado ou beneficiário, prevista no art. 109, parágrafo 3º, da CF, nos demais Municípios não abrangidos pela Comarca-sede do Juízo Federal.¹⁷

É ressonante a lição de J. J. Gomes Canotilho:

a garantia do acesso aos tribunais pressupõe também *dimensões de natureza prestacional* na medida em que o Estado deve criar órgãos judiciários e processo adequados (direitos fundamentais dependentes da organização e procedimento) e assegurar prestações (*apoio judiciário, patrocínio judiciário*, dispensa total ou parcial de pagamento de custas e preparos), tendentes a evitar a denegação da justiça por insuficiência de meios econômicos (...). O acesso à justiça é um acesso materialmente informado pelo princípio da igualdade de oportunidades.¹⁸

Cabe ressaltar que no anteprojeto elaborado pelo STJ, de 2000, constava a seguinte disposição: “Art. 18. Nas comarcas onde não houver Vara Federal, a causa poderá ser proposta, a critério do autor, no Juizado Especial Federal mais próximo do foro defini-

do no art. 4º da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995”¹⁹. Não havia, como se percebe, a vedação de que a Justiça Estadual aplicasse o procedimento nas causas abrangidas pela competência do JEF.

Normas jurídicas que contravenham regras da Constituição carecem de qualquer carga de eficácia. *Ipsa facto*, não podem subsistir. Do mesmo modo, não podem vicejar interpretações que conduzam a uma colisão entre o que determina a Carta Política e a lei infraconstitucional.

Para Joel Dias Figueira Júnior, a disposição do art. 20 da Lei 10.259/2001 “abarcava a exclusão de incidência do art. 109, § 3º, in fine, da CF, isto é, mesmo não sendo sede de Vara Federal, o interessado não poderá ajuizar ação perante o Juizado Especial Estadual, devendo demandar perante o Juizado Especial Federal mais próximo”.²⁰ Nada comenta o referido autor sobre a incompatibilidade da invocada norma legal com o citado preceito da Constituição. Isso porque não se trata de inconstitucionalidade integral do texto, mas de inconstitucionalidade de assimilação.

Assinale-se que a previsão de competência para o Juizado Especial Federal *mais próximo do domicílio do segurado ou beneficiário* (art. 20) não atende à norma constitucional, porquanto a restringe indevidamente. Inconciliável a norma legal de atribuir competência ao JEF *mais próximo* com a disposição constitucional que confere competência aos órgãos da Justiça Estadual. Ressente-se, destarte, de fundamento de validade o dispositivo legal.

Ensina, com peculiar proficiência, Pontes de Miranda: “As leis e as demais regras jurídicas precisam ser permitidas pela Constituição. Se o não forem, dir-se-ão contrárias à Constituição, ou por sua feitura, ou por seu conteúdo”.²¹

Ademais, revela-se absolutamente inócuo o dispositivo que prevê a competência do JEF *mais próximo* quando os órgãos da Justiça Federal, em sua maioria, se distanciam em longas dimensões territoriais.²²

A bem da efetivação da providência jurisdicional, é preciso adotar fórmulas interpretativas conducentes a ampliar o acesso à justiça. Efetivamente, não pode uma norma infraconstitucional restringir uma regra estatuída no corpo da Carta Magna.

Seguramente, o dissídio em derredor do alcance do art. 20 da LJEF chegará a ser dilucidado pelo Excelso Pretório. Decerto,

a Suprema Corte apontará a correta dirigibilidade teleológica da norma legal referenciada, acolhendo exegese que não frustrate a legítima expectativa dos jurisdicionados. Côncio de que “a interpretação tem significado decisivo para a consolidação e preservação da força normativa da Constituição”²³, o STF ajustará a inteligência do multicitado dispositivo legal, procedendo a uma *interpretação conforme à Constituição*.²⁴

Pode-se afirmar, conclusivamente, que as causas previdenciárias envolvendo segurados ou beneficiários domiciliados em localidades onde não existam varas da Justiça Federal serão aforadas perante os juízes de direito, que aplicarão o rito da LJEF – com todos os benefícios legais²⁵ – sempre que o valor do benefício pleiteado não for superior a sessenta salários mínimos, cabendo recursos para as Turmas Recursais Federais.

Notas:

¹ Publicada em 13 de julho de 2001, a Lei 10.259 começou a vigor em 13 de janeiro de 2002, nos termos do art. 27.

² Assim dispõe o art. 4º da Lei 9.099/95:

É competente, para as causas previstas nesta Lei, o juizado do foro:

I – do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II – do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III – do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único – Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

³ TRF-1ª R., decisão monocrática proferida no Mandado de Segurança 2002.01.00.026405-4/MA, em 18/07/2002, publicada no DJU II de 02/08/2002, p. 38.

⁴ Eis a dicção do art. 3º, *caput*, da Lei 10.259/2001: *Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.*

⁵ Aplicação analógica e *a contrario sensu* da diretriz expressa no verbete 55 da Súmula de Jurisprudência do STJ, cujo teor é o seguinte: “Tribunal Regional Federal não é competente para julgar recurso de decisão proferida por juiz estadual não investido de jurisdição federal”.

⁶ CANOTILHO, José Joaquim Gomes, in *Direito Constitucional*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 1998.

⁷ in *Curso de Direito Constitucional*, 2ª ed., São Paulo, RT, 1999, p. 32.

⁸ in *Acesso à Justiça*, trad. de Ellen Gracie Northfleet, Porto Alegre, Fabris, 1988, p. 97.

⁹ in *Norma constitucional e seus efeitos*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1992, p. 42.

¹⁰ Observa Raquel Fernandez Perrini: “É corrente o uso da expressão competência delegada para definir a vontade do legislador constituinte. Todavia, entendemos que o § 3º do art. 109 da Constituição Federal, ao permitir que causas originariamente afetas à Justiça Federal, sejam julgadas pela Justiça dos Estados, comete a

esta atribuição constitucional para assim atuar. (...) parece-nos mais adequado falar em atribuição constitucional, valendo ressaltar que a divergência foi aqui lançada como convite à reflexão, vez que, de toda sorte, permanece inalterada a competência jurisdicional ora analisada." (in 'Competências da Justiça Federal Comum', São Paulo, Saraiva, 2001, p. 301/302).

¹¹ in *Comentários à Constituição de 1988*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993, v. VI, p. 3186.

¹² in *Competência Cível da Justiça Federal*, São Paulo, Saraiva, 1998, p. 115.

¹³ TRF-1ª R., decisão monocrática proferida no Mandado de Segurança 2002.01.00.026390-9/MA, em 06/09/2002, publicada no *DJU* II de 19/09/2002, p. 05. No mesmo sentido, posiciona-se o eminente Juiz Federal *Eduardo José Corrêa* (TRF-1ª R., decisão monocrática proferida, como relator convocado, no Mandado de Segurança 2002.01.00.037881-9/MG, em 23/10/2002, publicada no *DJU* II de 06/11/2002, p. 5).

¹⁴ TRF-1ª R., decisão monocrática proferida no Mandado de Segurança 2002.01.00.035556-1/MG, em 09/10/2002, publicada no *DJU* II de 18/10/2002, p. 10.

¹⁵ Evento realizado em Porto Velho (RO), de 21 a 24 de novembro de 2001.

¹⁶ STF, 1ª T., RE 284.516/RS, v.u., rel. Min. *Moreira Alves*, j. em 28/11/2000, *DJU* 09/02/2001, p. 40.

¹⁷ STJ, 3ª Seção, CC 19.254/RJ, rel. Min. *Vicente Leal*, j. em 12/03/1997, publ. no *DJU* de 23/06/1997.

¹⁸ ob. cit., p. 468.

¹⁹ Conforme publicação da Série Pesquisas do CEJ, 7, Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.

²⁰ in *Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais*, *Tourinho Neto*, Fernando da Costa, São Paulo, RT, 2002, p. 134.

²¹ in *Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda 1 de 1969*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1987, tomo I, p. 300.

²² Lembrem-se, por exemplo, os casos das pessoas que moram nos longínquos povoados da Amazônia e do sertão nordestino.

²³ KONRAD HESSE, in *A Força Normativa da Constituição*, trad. de Gilmar Ferreira Mendes, Porto Alegre, Fabris, 1991, p. 22.

²⁴ Certo é que no caso de duas interpretações possíveis de uma lei, há de se preferir aquela que se revele compatível com a Constituição, como afirma *Gilmar Ferreira Mendes* (in *Moreira Alves e o controle de constitucionalidade no Brasil*, São Paulo, Celso Bastos, Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 2000, p. 47).

²⁵ Dentre outros benefícios, destacando-se a informalidade e a celeridade, citem-se o exercício pessoal do *jus postulandi* nas causas de valor até 20 salários mínimos (Lei 9.099/95, art. 9º); apresentação de pedido escrito ou de forma oral perante a escrivania do juízo (Lei 9.099/95, art. 14); obtenção de sentença líquida (Lei 9.099/95, art. 38, parágrafo único); isenção do pagamento de custas, taxas ou despesas em primeiro grau de jurisdição (Lei 9.099/95, art. 54); adimplemento de obrigações independentemente de precatório (Lei 10.259/2001, art. 17).